

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA REDUÇÃO DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA TERRITÓRIOS PELA PAZ NO BAIRRO ICUÍ-GUAJARÁ, ANANINDEUA-PA¹

Roberta Carolina Maués do Nascimento²

Carlos Jorge Nogueira de Castro³

Pedro Israel Mota Pinto⁴

RESUMO

A violência urbana nas regiões metropolitanas brasileiras apresenta elementos geográficos das configurações das periferias urbanas, e de sua vulnerabilidade, enquanto ambiente de maior adensamento populacional e de maior instrumentalização da violência, com maior recorrência aos Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI). A pesquisa objetiva analisar as implicações das políticas públicas de contenção à violência na dinâmica dos crimes violentos letais intencionais (CVLI) no bairro do Icuí-Guajará, Ananindeua-PA, em especial o programa do governo estadual denominado Territórios pela Paz (TERPAZ). A estrutura metodológica consiste no levantamento bibliográfico afinando o debate conceitual acerca dos conceitos de território, violência e criminalidade a partir de Raffestin (1993), Saquet (2008); análise e processamento em banco de dados em ambiente laboratorial, com informações subsidiadas por instituições demográficas e de segurança pública; e trabalhos de campo no bairro do Icuí-Guajará, e na Usina da Paz do Icuí. A pesquisa apresenta aspectos das condições centrais da violência e vulnerabilidade social no bairro, e as ações do Programa Territórios pela Paz, no campo de ação estratégica das políticas de segurança pública do estado do Pará.

Palavras-chave: Território, Políticas públicas, Vulnerabilidade, Crimes violentos, Ananindeua.

ABSTRACT

Urban violence in Brazilian metropolitan regions presents geographical elements of the configurations of urban peripheries, and their vulnerability, as an environment of greater population density and greater instrumentalization of violence, with greater recurrence of Lethal and Intentional Violent Crimes (CVLI). The research aims to analyze the implications of public policies to contain violence on the dynamics of intentional lethal violent crimes (ILCV) in the neighborhood of Icuí-Guajará, Ananindeua-PA, especially the state government program called Territories for Peace (TERPAZ). The

¹ A pesquisa está sendo desenvolvida durante o curso de mestrado em Geografia na Universidade do Estado do Pará (UEPA), financiada pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA).

² Pesquisadora-bolsista pela Fundação de Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), geógrafa e discente do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG), na Universidade do Estado do Pará (UEPA), pesquisadora-integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia (NEPEVA), robertacarolmaues@gmail.com;

³ Geógrafo, doutor em Geografia, professor-pesquisador do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG), na Universidade do Estado do Pará (UEPA), pesquisador-integrante do do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia (NEPEVA), carlos.castro@uepa.br;

⁴ Pesquisador-bolsista pela Fundação de Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), geógrafo e discente do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG), na Universidade do Estado do Pará (UEPA), pesquisador-integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia (NEPEVA), pedromota777@gmail.com.

methodological structure consists of a bibliographical survey refining the conceptual debate on the concepts of territory, violence and crime based on Raffestin (1993), Saquet (2008); analysis and processing in a database in a laboratory environment, with information subsidized by demographic and public security institutions; and fieldwork in the Icuí-Guajará neighborhood, and at the Icuí Peace Plant. The research presents aspects of the central conditions of violence and social vulnerability in the neighborhood, and the actions of the Territories for Peace Program, in the field of strategic action of public security policies in the state of Pará.

Keywords: Territory, Public policies, Vulnerability, Violent crime, Ananindeua.

INTRODUÇÃO

Este trabalho está centrado na prática de crimes violentos letais intencionais no bairro do Icuí-Guajará, localizado em Ananindeua-Pará. Essa nomenclatura foi criada em 2006 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), e compreende todo crime violento que tenha como consequência a morte, sendo enquadrado nesse contexto: homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e latrocínio.

O município de Ananindeua localiza-se no Estado do Pará e compõe a Região Metropolitana de Belém (RMB). Desse modo, não é possível compreender o processo de urbanização de Ananindeua sem considerar sua relação direta com Belém, intensificada a partir de 1960 com a construção da rodovia BR-316 (Rodovia Capitão Pedro Teixeira), e que esteve diretamente relacionada aos fluxos migratórios de uma parcela da população que não conseguiu comprar ou ocupar lotes residenciais em Belém, e, assim, começou a se deslocar em direção ao município de Ananindeua (SANTOS, 2012).

A partir disso, observa-se que o município de Ananindeua possui resquícios do processo de uma urbanização concentrada, que se desenvolveu de maneira heterogênea, gerando a fragmentação socioespacial, a marginalização dos centros e o aumento da violência (SANTOS, 2008), sobretudo, com os crimes violentos letais intencionais (CVLI).

Nesse contexto, o bairro Icuí-Guajará surge a partir de um processo de ocupação irregular, motivada pela necessidade da população em possuir um espaço para habitar. No entanto, as ações de suporte do poder público não acompanharam a expansão dos limites da cidade, acarretando múltiplos problemas, principalmente no que diz respeito à violência.

A pesquisa se torna interessante para o possível enriquecimento dos estudos e debates acerca da criminalidade presente em Ananindeua, e principalmente no bairro em questão, como forma de oferecer informações à sociedade civil e a políticas públicas direcionadas a solucionar os problemas levantados.



Somado a isso, destaca-se a insuficiência de estudos relativos aos bairros de Ananindeua, especificamente a respeito do Icuí-Guajará e os fenômenos da violência e da criminalidade. Além disso, ressaltam-se as possibilidades que a cartografia traz consigo, a partir de um olhar mais detalhado sobre as características socioeconômicas, espaciais e também, comportamental da criminalidade.

Diante disso, o objetivo do trabalho é analisar as implicações das políticas públicas de contenção à violência na dinâmica dos crimes violentos letais intencionais (CVLI) no bairro Icuí-Guajará, Ananindeua-PA, em especial o programa do governo estadual denominado Territórios pela Paz (TERPAZ).

É importante enfatizar que as pesquisas já realizadas contaram com o apoio do Laboratório de Geografia da Violência e do Crime-LABGEOVCRIM, do projeto de pesquisa “Território pela Paz: diagnósticos socioeconômico, infraestrutura e indicadores de violência”, financiado pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa; e por meio do Núcleo de estudos e pesquisas sobre violência na Amazônia (NEPEVA).

METODOLOGIA

A princípio, este trabalho segue os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico, levantamento documental, trabalhos de campo e produção cartográfica. A primeira etapa consiste no levantamento bibliográfico acerca dos principais conceitos que compõem a pesquisa: produção do espaço, território, violência e criminalidade. Por sua vez, para compreendê-los, foram utilizadas publicações de autores como Carlos (2007, 2012), Côrrea (2012), Raffestin (1993), Saquet (2008), Sack (1986) Beato Filho (2012), Chagas (2014) e Silva (2018).

A segunda etapa consiste no levantamento documental, utilizando-se o banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), com as informações sobre os registros dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) nos anos de 2017 a 2022.

O terceiro procedimento está relacionado aos trabalhos de campo. Foram realizados três trabalhos de campo. No primeiro, houve uma visitação na Usina do Icuí- Guajará, com a realização de uma entrevista com o Diretor da Usina e registro fotográfico do local. O segundo foi um trabalho de campo exploratório no bairro do Icuí-Guajará, com registro fotográfico de algumas ruas que chamaram atenção durante a observação, devido a suas características

precarias. E no terceiro foram realizadas algumas entrevistas aos moradores do bairro com perguntas semiestruturadas a respeito da criminalidade do bairro e do programa terpaz.

REFERENCIAL TEÓRICO

Entende-se que a produção do espaço se realiza no ato de produção da vida e de um modo de apropriação (CARLOS, 2012). Nesse raciocínio, o espaço afirma-se como condição, meio e produto da reprodução social. Tal produto é fruto da história da humanidade, reproduzindo-se ao longo do tempo histórico, em função das estratégias e virtualidades contidas em cada sociedade, tendo em vista que nas concepções de Lefebvre (1991) nada há na história e na sociedade que não seja adquirido e produzido.

A produção do espaço também vai além de concepções de mercado ou de ações do Estado e mesmo de um capital abstrato que emerge fora das relações sociais. Na visão de Corrêa (2012), trata-se na verdade da consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade.

Nesse sentido, considera-se o espaço urbano como fruto da ação e produção de vários agentes: os proprietários de meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado e os excluídos (CORRÊA, 2012). Sendo que os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista.

Em virtude dessas características da produção do espaço, vislumbra-se dada semelhança com a afirmação de Carlos (2007, p. 75):

A produção do espaço se realiza sob a égide da propriedade privada do solo urbano, onde o espaço fragmentado é vendido em pedaços, tornando-se intercambiável a partir de operações que se realizam através e no mercado. Tendencialmente produzido como mercadoria, o espaço entra no circuito da troca, generalizando-se na sua dimensão de mercadoria. Nesse contexto, o espaço é fragmentado, explorado, e as possibilidades de ocupá-lo se redefinem, constantemente, em função da contradição crescente entre a abundância e escassez, o que explica a emergência de uma nova lógica associada, e uma nova forma de dominação do espaço, que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação a partir da interferência do Estado. Deste modo, o espaço é produzido e reproduzido, de um lado, enquanto espaço de dominação – como estratégia do Estado, portanto política - e de outro, como mercadoria reproduzível. Nesse contexto, o uso do espaço na metrópole subordina-se cada vez mais à troca e a reprodução do valor de troca, submetendo o uso às necessidades do mercado imobiliário.

O espaço urbano representa então os diferenciados interesses de vários agentes acerca de um uso, um valor de uso, esse movimento transforma lugares e dinamiza a produção de cada espaço. É nesse plano que, segundo Carlos (2007), as lutas se realizam, pois as contradições

aparecem de forma mais intensa, revelando o sentido e o caminho da (re)produção da cidade a partir desses interesses e forças diferenciadas. Situação que reduziria o cidadão à condição de usuário de serviços em um espaço geométrico e visual onde a vida cotidiana é programada pelo consumo manipulado. Assim, o espaço também pode ser vivido e percebido, como desigual e fragmentado, devido à existência e imposição das formas da propriedade privada, produto da concentração da riqueza de variadas formas, surgindo conflitos (CARLOS, 2007).

Dessa forma, convém assinalar que o processo de reprodução espacial é dotado de estratégias de classe e logo se referem a grupos sociais distintos, com objetivos, desejos e necessidades diferenciadas, tornando-se ambiente propício para as estratégias se tornarem conflitantes (CARLOS, 2007). Nesse cenário, diferentes espaços podem ser produzidos com a atuação de novos agentes, como aqueles ligados à criminalidade. E o estudo desses espaços de acordo com Corrêa (2012) complementam os estudos voltados à ação de poderosos grupos capitalistas nesse processo de vital importância, que é a (re)produção do espaço.

Nesse viés, é necessário falar sobre a produção do espaço urbano de Ananindeua. Mediante ao contexto de expansão da malha urbana de Belém a partir das décadas de 1960 e 1970, com a criação dos eixos rodoviários é que o município de Ananindeua sofre suas principais transformações. O primeiro aspecto dessas mudanças ocorridas no município foi a própria intensificação do seu processo de ocupação e, conseqüentemente, de seu crescimento populacional, que são influenciados pela localização deste frente à capital paraense.

A dinâmica do crescimento urbano de Ananindeua nesse período acabou favorecendo o surgimento de diversas áreas de ocupações espontâneas, que eram objetos espaciais normais dentro da paisagem do município de Ananindeua naquele período, como é o próprio caso da rodovia BR-316, que era o principal vetor de expansão daquela área e a única ligação do município com Belém e o restante da sua região metropolitana, onde era comum a construção e espacialização dessas figuras espaciais localizando-se à margem da rodovia.

O crescente aumento populacional do município de Ananindeua nesse período foi latente, essa explosão no campo populacional se deve pelo fato da construção dos conjuntos habitacionais em comunhão com a proliferação das ocupações. Segundo Mendes (2018), esses conjuntos habitacionais e essas ocupações que foram se proliferando ao redor do eixo de expansão metropolitano direcionado no sentido de Marituba, foram os principais responsáveis por grande parte da urbanização do município de Ananindeua.

Nesse aspecto, um dos principais problemas causados por esse crescimento populacional acelerado e concentrado nas cidades paraenses foi o “fenômeno” da criminalidade. Em vista disso, os conceitos de Crime e Criminalidade são importantes para a pesquisa e podem

seu diferenciados, pois possuem sentidos específicos. A criminalidade faz referência ao fenômeno social na sua dimensão mais ampla, permitindo o estabelecimento de padrões por meio da constatação de regularidades e cortes, enquanto o crime tem um sentido mais estrito e singular, como um caso individual, uma ocorrência, ou seja, uma variável, um tipo de crime, seja ele o roubo, tráfico, homicídios, entre outros (SILVA, 2018).

Acerca disso Alvarenga (2004), diferencia crime e criminalidade da seguinte forma: o primeiro é um fenômeno individual e singular, enquanto a criminalidade é um fenômeno social que compromete os processos comuns da vida em sociedade, podendo variar de acordo com o contexto em que está inserida. O conceito de criminalidade é bastante estudado por sociólogos, que formularam duas teorias contrastantes na definição das causas da criminalidade violenta. Beato (2012) em sua obra, aponta que:

Uma delas nos diz que criminalidade e violência são fenômenos cuja origem deve-se essencialmente a fatores de natureza econômica; privação de oportunidades, desigualdade social e marginalização são estímulos decisivos para o comportamento criminoso. A outra teoria credits ao delinquente e aos atos criminosos uma agressão ao consenso moral e normativo da sociedade. O baixo grau de integração moral é que produz o fenômeno do crime. Conseqüentemente, a punição do crime é necessária para o restabelecimento dos valores morais da sociedade. Diversos estudos quantitativos tem procurado explicar a variação das taxas de crime violento em várias cidades, áreas metropolitanas ou estados. Para isso, sociólogos e criminólogos tem aplicado uma grande variedade de técnicas estatísticas usando diversas variáveis sociais, demográficas e econômicas. Os resultados desses estudos têm mostrado que alguns fatores estão invariavelmente associados a altas taxas de criminalidade, enquanto outros fatores apresentam comportamento mais volátil, às vezes estatisticamente significantes, outras vezes, não. (...) (BEATO, 2012, p. 144).

Dessa forma, podemos destacar que crime pode ser considerado como um fenômeno individual que contraria as condições da vida em sociedade. Criminalidade, por sua vez, não é somente a junção dos crimes praticados num determinado tempo e num determinado lugar, mas se refere às diversas maneiras que o crime se apresenta na sociedade, junto com suas causas e conseqüências, em um determinado espaço.

Além dos conceitos de crime e criminalidade, há a necessidade de fazer uma construção teórica acerca do conceito de território. Para Raffestin (1993), o espaço é anterior ao território. Deste modo, o espaço é visto como apoio, substrato e palco preexistente ao território, que é construído a partir da apropriação do espaço. Ainda sob a perspectiva de Raffestin (1993), compreende-se que o território é produzido por atores através da energia e da informação, ou seja, é onde se estabelece a circulação-comunicação e as ações que provocam transformações de acordo com os interesses do homem. Dessa forma, o território é a prisão que os homens constroem para si. É o lugar de todas as relações, trunfo, espaço político onde há coesão, hierarquia e integração através do sistema territorial.

Nesse aspecto, também é importante mencionar a definição de “poder”. O poder é inerente ao território e pode ser entendido de duas formas: a primeira consiste no poder institucional do Estado. Essa característica consiste no poder através das instituições, das leis e os códigos de controle social, permitindo o estabelecimento das relações no território através das políticas públicas vinculadas ao Estado. A segunda característica remete à ideia das relações sociais que se escondem por trás do poder institucional, ou seja, o poder que está ligado diretamente às relações dos agentes territoriais (RAFFESTIN, 1993).

Para o autor, não existe vazio de poder, nesse sentido, entende-se que quando o Estado se apresenta de forma ineficaz ou insuficiente com políticas públicas no que se diz respeito ao direito à moradia, educação, saúde, saneamento básico, urbanização e segurança, outros agentes buscam esses espaços “abandonados” pelo poder público para exercer as suas relações de poder, que em alguns dos casos estão associados à ocorrência de crimes.

Nesse sentido, é importante compreender que no bairro do Icuí-Guajará existem agentes que buscam o controle territorial transformando o território em um campo de tensões e conflitos. Percebe-se dois agentes importantes nessa configuração: o Estado e o tráfico de drogas. Esses agentes utilizam de alguma forma a violência ou até mesmo o crime para exercer as suas políticas de controle social.

Já na concepção de Saquet (2008), o território é uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades. O autor ainda diferencia o território do espaço por meio de três características principais: as relações de poder, as redes e as identidades; processos espaço-temporais que marcam determinadas parcelas do espaço, nas formas área-rede, rede-rede ou área-rede-lugar. Tal diferenciação é necessária, no entanto é preciso reconhecer que espaço e território não estão separados, um está no outro.

Tomemos agora a obra de Sack (1986) acerca da territorialidade. Esta é caracterizada por ele como um uso sensato historicamente do espaço, pois ela é socialmente construída e depende de quem está controlando quem e por qual motivo. O autor assim como Raffestin (1993) também acredita que ela é o componente geográfico, o conceito chave para se entender como a sociedade e o espaço estão interconectados. Ou seja:

A Territorialidade para os humanos é uma estratégia geográfica poderosa para controlar pessoas e coisas através de um controle de área. Os territórios políticos e a propriedade privada da terra podem ser as suas formas mais familiares, mas a Territorialidade ocorre em vários graus e em inúmeros contextos sociais. Ela é usada nas relações do dia-a-dia e nas organizações complexas. A Territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social. Ela é um meio pelo qual o espaço e o tempo estão interrelacionados. A mudança de funções da Territorialidade nos ajuda a entender as relações históricas entre a sociedade, o espaço e o tempo (SACK, 1986, p. 6).

Em sua obra, a Territorialidade define-se como “[...] a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através da delimitação e da afirmação do controle sobre uma área geográfica” (SACK, 1986, p. 21). Sendo esta área compreendida como o território. Mas é importante distinguir entre um território como um local e outros tipos de locais. Diferentemente de outros locais comuns, os territórios requerem esforço constante para estabelecer e mantê-lo. Eles são resultados de estratégias para afetar, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relações. E ainda para os seres humanos “[...] a Territorialidade não é um instinto ou impulso, mas ao invés disso uma estratégia complexa para afetar, influenciar e controlar o acesso de pessoas, coisas e relações” (SACK, 1986, p. 267).

Assim, podemos mencionar como exemplo a territorialidade do tráfico de drogas que se consolida através da precariedade da ação do Estado no município de Ananindeua, que passam a estipular as suas normas e leis de acordo com seus anseios, baseada no exercício do poder, através das suas ferramentas e seus instrumentos de coerção.

Tendo em vista tais concepções apresentadas, o conceito de território e territorialidade tornam-se importantes para o entendimento da violência e criminalidade urbanas e como tais fenômenos se espalham em nossas cidades. O território nesse sentido deve ser compreendido como uma relação social diretamente espacializada por meio de relações de poder, de acordo com Souza (2013).

O território é palco das variáveis sociais, sejam elas a pobreza, desigualdade social e qualidade de vida, que estão relacionadas a valores culturais, sociais, econômicos, políticos e morais; a violência pode ser apontada como resultado dessa relação, o que pode justificar para Chagas (2014), a territorialidade da violência.

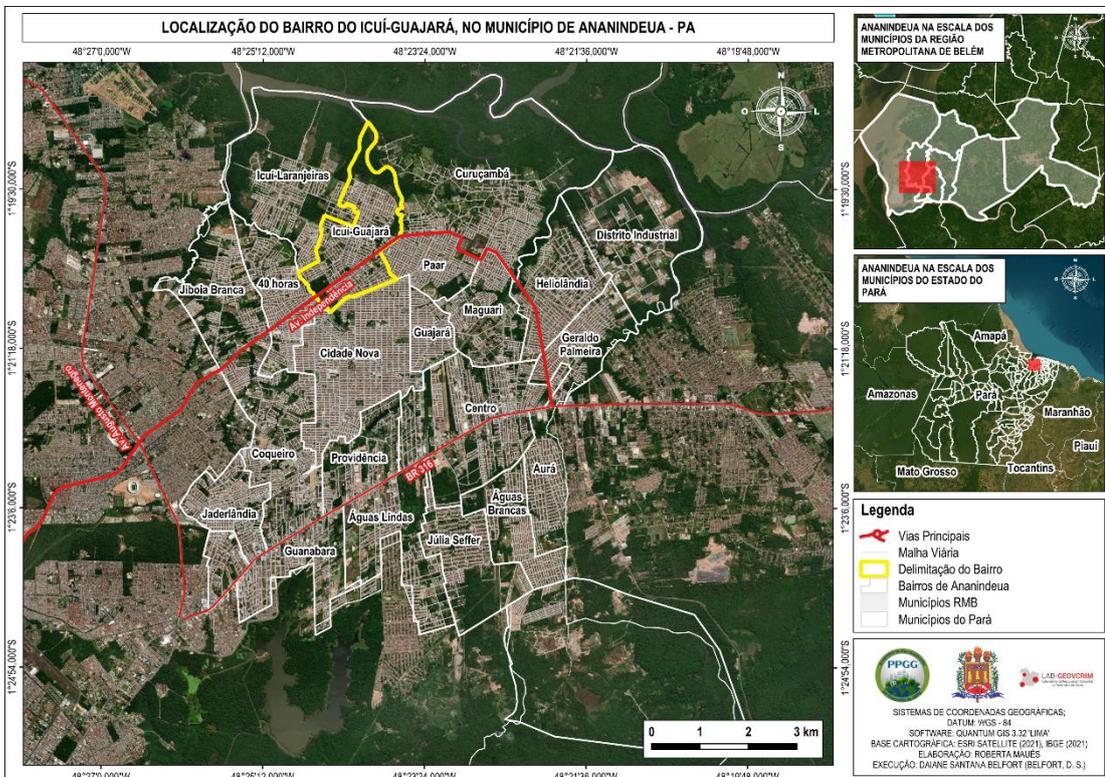
RESULTADOS E DISCUSSÃO

O reflexo das transformações no espaço urbano de Belém direcionados à Ananindeua continuou a se repetir com o passar das décadas, já que a projeção de um modo de vida semelhante ao da capital paraense serviu de modelo para a transformação/modernização das estruturas espaciais não apenas no município de Ananindeua, mas em todo o restante da malha metropolitana.

Com o resultado do processo de ocupação acelerado, há uma série de problemas socioespaciais em Ananindeua que se refletem na escala dos bairros. No bairro Icuí-Guajará observa-se a presença da desigualdade socioespacial, que pode ser observada a partir de baixos índices socioeconômicos e precárias condições infraestruturais.

O bairro está localizado no município de Ananindeua, Região Metropolitana de Belém, fazendo fronteira com os bairros do Curuçambá, Paar, Cidade Nova, 40 Horas e Coqueiro. No bairro aqui analisado, pode-se perceber práticas espaciais antigas, nos mostrando antigas formas de territorialidades, da mesma forma que é possível observar práticas sociais que remetem a processos de urbanização recentes que cada vez mais se expande e promovem grandes transformações tanto na paisagem do bairro quanto em sua organização socioespacial, como é o caso da Av. Independência, com trouxe grandes mudanças na dinâmica de acesso e circulação do bairro.

Mapa 01: Localização do bairro do Icuí-Gujará, Ananindeua-PA.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

O bairro possui poucas áreas planejadas, foi formado basicamente por loteamentos, condomínios e mais recentemente com áreas ocupadas, enfrenta grandes problemas em relação à infraestrutura urbana e saneamento básico. Ruas sem asfaltamento, esgoto a céu aberto, lotação do transporte público e áreas de descarte irregular de lixo são apenas alguns dos problemas enfrentados no bairro que reflete perfeitamente as relações de desigualdade criadas pelo capital. Sendo assim, o bairro recebe investimentos em manutenção e construção de infraestruturas (como a construção da Usina da Paz), no entanto, estes ocorrem de forma pontual e com menor frequência.



É importante ressaltar que essa é uma realidade vivenciada não apenas pelo bairro do Icuí, mas também por outros bairros de Ananindeua que sofrem as consequências de uma dinâmica urbana que favorece as áreas de centralidade, causando precariedade das áreas mais distantes do centro. Nessas áreas, por vezes os quesitos em que a população é mais prejudicada diz respeito ao transporte e saneamento, mas os impactos do sucateamento também são vivenciados na saúde, segurança e educação.

Recentemente, em 2019, o governo do estado do Pará criou uma política pública chamada de “Territórios pela Paz” (TERPAZ), como uma iniciativa de combate à violência e valorização da cidadania. Para a realização das ações do programa, foram implementadas as Usinas da Paz (USIPAZ). Atualmente, existem 7 na Região Metropolitana de Belém, sendo uma em Ananindeua, localizada no bairro do Icuí-Guajará. A escolha dos bairros para a instalação das usinas foi motivada por aqueles que mais necessitavam de ações do Estado na contenção da violência.

Figura 01: Imagens da Usina da Paz Prof. Amintas Pinheiro, Icuí-Guajará, Ananindeua-PA.



Fonte: Trabalho de Campo, 2023.

O projeto do programa “Territórios pela Paz” (TERPAZ) foi criado a partir do conceito de território, visto como um campo de ação estratégico das políticas públicas de inclusão social para fomentar o desenvolvimento local, promover o exercício da cidadania e a formação de redes produtivas dos arranjos econômicos locais. Essas políticas configuram-se em fatores que contribuem com a redução da criminalidade (CHAGAS, 2014).

Em uma entrevista realizada com o ex-diretor das usinas (e um dos implementadores do programa), ele afirma que o TERPAZ surge como uma política de ocupação do território. Para ele, é necessário que o Estado volte a ter um domínio territorial. Com as ações do TERPAZ, a violência e a criminalidade tendem a reduzir, na medida que as políticas públicas avançam e conseguem manter uma aproximação com a comunidade.

A partir da entrevista, das ideias de Raffestin (1993) e ao avançar com os estudos de Haesbaert (2014), entende-se que não existe vazio de poder. Quando o Estado se apresenta de forma ineficaz ou insuficiente com políticas públicas no que diz respeito ao direito à moradia, educação, saúde, saneamento básico e segurança, outros agentes se territorializam. Assim, se o Estado não possui um sistema de segurança eficaz, há uma tendência de expansão da territorialização de atividades ilícitas e violentas.

De acordo com os dados da SIAC, durante o período de 2017 a 2022, foram registrados um total de 158 casos de CVLI no bairro Icuí-Guajará, sendo que no ano de 2017 foram registradas um total de 52 mortes por CVLI; no ano de 2018 foram registradas 51 mortes; no ano de 2019 foram registradas 20 mortes; no ano de 2020 foram registradas 17 mortes, em 2021 foram registradas 13 mortes e em 2022 foram registradas 5 mortes, conforme a tabela abaixo:

Tabela 01: Ocorrências de CVLI no bairro Icuí-Guajará 2017 – 2022.

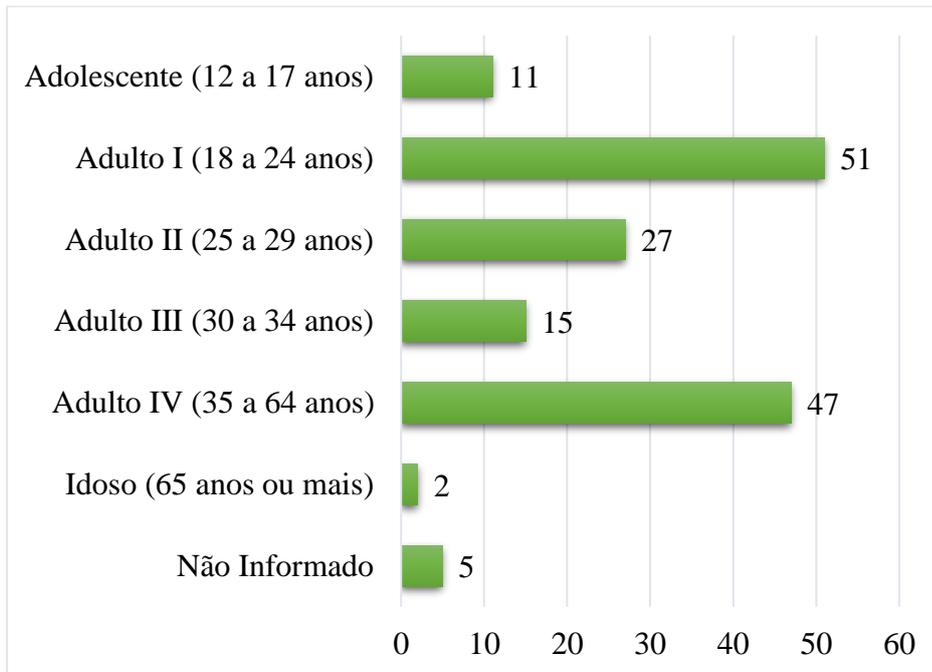
Crime/Ano	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Homicídio	48	48	18	16	12	4
Latrocínio	4	3	2	1	1	1
LCSM	0	0	0	0	0	0
Total	52	51	20	17	13	5

Fonte: SEGUP, 2023. (LCSM - Lesão corporal seguida de morte).

Nota-se que a partir do ano de 2019, há uma redução significativa dos crimes violentos no bairro. A partir desses dados, também foi possível identificar o perfil das vítimas desses

crimes, nota-se que o maior quantitativo dessas vítimas é na faixa etária Adulto I (18 a 24 anos) com total de 51 mortes (2017-2022).

Gráfico 01: Faixa etária das vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais no bairro Icuí-Guajará (2017-2022).



Fonte: SEGUP, 2023.

Para Beato (2012), os jovens são um dos grupos mais vulneráveis à violência, seja como agressores ou como vítimas. Dessa forma, outro ponto importante a ser destacado é o público-alvo do TERPAZ. Dentre eles, destacam-se os jovens em situação de vulnerabilidade e vítimas da violência, e jovens de 15 a 29 anos em áreas de elevado risco social, com baixos índices de escolaridade.

Os crimes violentos também são consequências do envolvimento desses jovens com o tráfico de drogas e o papel exercido em determinadas localidades. Dentre elas, encontram-se as disputas territoriais, como a busca de pontos de vendas por traficantes ou também por mortes referentes ao “acerto de contas” (BORGES, 2021). Dessa maneira, coloca-se em análise as discussões que abordam a instrumentalização da violência, sendo utilizada principalmente para formar indivíduos obedientes às ordens impostas (FOUCAULT, 2004).

As marcas da violência são especializadas, a territorialização da violência e da criminalidade tende a ser mais intensa nos bairros periféricos, onde falta infraestrutura e serviços públicos importantes, como educação, segurança e lazer. No bairro do Icuí-Guajará,

que pode ser caracterizado como um território da violência e da criminalidade, o programa TERPAZ tem buscado ampliar a territorialização do Estado frente ao poder ilícito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os elementos que estão sendo analisados nessa pesquisa, é possível observar que a presença precária do Estado contribuiu para a amplificação da violência urbana. Nesse sentido, a implementação de aparelhos de fomento como as “Usinas da Paz” (USIPAZ), que subsidiam serviços para a comunidade, podem reduzir a carência de serviços, visto que, as USIPAZ buscam promover qualidade de vida com lazer, trabalho, formação, educação e saúde. Além disso, a infraestrutura construída nas “usinas da paz” implica em grandes obras para uso comunitário, como as edificações, macrodrenagem urbana, implementação de praças, quadras e espaços de recreação.

O difícil acesso aos serviços amplia a vulnerabilidade da população que reside nos bairros. Nesse sentido, as políticas de segurança pública precisam ser expandidas e incorporadas na formulação de políticas de habitação, saúde e educação, portanto, é necessária a ampliação da permanência do Estado no território.

Esse trabalho tem o propósito de continuidade do estudo diante os anos que se apresentam posteriores a implementação dessas estruturas (Usinas da Paz) nos territórios escolhidos. É válido ressaltar que o programa “Territórios pela Paz” é recente, porém, já apresenta alguns resultados satisfatórios. De acordo com a entrevista realizada com o diretor da usina do Icuí-Guajará, esse complexo já contabilizou mais de 240 mil beneficiamentos para a comunidade com diversos serviços de cidadania, lazer e saúde. Assim, conclui-se que a ação do Estado sob a ótica da segurança pública não é feita somente com a inserção de policiais, mas também com a promoção de qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, D. P. D. **Crime e criminalidade: distinção**. 2004. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/1954>> Acesso em: 25 de nov. 2020.

BEATO FILHO, C. C. **Crimes e Cidades**. Belo Horizonte: UFMG, 2012. 291 p.

Borges, R. H. M. **Dinâmicas territoriais em espaços urbanos complexos: a violência homicida em Ananindeua, área metropolitana de Belém/PA**. Dissertação (Mestrado em



Geografia) Departamento de filosofia e ciências sociais, Universidade do Estado do Pará. Belém, p. 137. 2021.

CHAGAS, C. A. N. Geografia, Segurança Pública e a Cartografia dos Homicídios na Região Metropolitana de Belém. **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, n. 1, p. 186-204, 2014.

CARLOS, A. F. A. **Diferenciação sócio-espacial**. Presidente Pernambuco, p. 45-60, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012. p.123-145.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012. p.123- 145.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 23ª. ed. São Paulo: Graal, 2004. 432 p.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território multi/transterritorialidade de in-segurança e contenção**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 437 p.

LEFEBVRE, Henry. **The production of space**. Ed. Blackweel: EUA, 1991.

MENDES, L. A. S. **A urbanização metropolitana estendida: aspectos da produção do espaço de Belém e de sua região**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2018.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 266 p.

SACK, Robert David. **Territorialidade humana: sua teoria e história**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, D. M. **Fronteiras (in)visíveis da cidade capitalista: segregação socioespacial no Conjunto Parque Modelo II/ Ananindeua-PA**. Belém: Universidade Federal do Pará. Dissertação de Mestrado em Serviço Social/ Departamento de Mestrado de Serviço Social/Pós-Graduação em Serviço Social, p. 168. 2012.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 24-42, 2008.

SILVA, M. P. **Faces da metrópole: desigualdades socioespaciais e violência no Distrito de Icoaraci, Belém-PA**. 2018. 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.



XV
ENAN
PEGE

ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM GEOGRAFIA

SOUZA, M.L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 4^a. ed. Rio de Janeiro:

Bertrand Brasil, 2013. 320 p.

